

Ata Circunstanciada da 4ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª

(QUARTA)

SESSÃO ORDINÁRIA,

DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H56MIN

TÉRMINO ÀS 18H02MIN

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

Em função da reunião dos deputados com a secretária de Saúde e com o secretário da Casa Civil e como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

(Assume a presidência o deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Senhor presidente, cumprimento vossa excelência, deputado Robério Negreiros, que está presidindo esta sessão neste momento, todos os deputados e deputadas, a galeria toda e os concursados que estão com o coração aflito, pois mês que vem vence o concurso da Polícia Civil. Mas, primeiramente, Deus está no controle de todas as coisas e vai dar tudo certo. Eu sou de lá também do concurso de 1990. Parabéns a todos vocês. Esta casa está de portas para receber todos.

Senhoras e senhores e aqueles que assistem a nós pela TV Câmara Distrital e pelas redes sociais, fico feliz ao voltar a esta casa, a esta tribuna, mais uma vez, no início dos trabalhos desta nova legislatura, deste novo momento, deste segundo biênio. Quero também louvar a Deus pela alegria que ele me deu de compor o quadro de deputados desta casa.

Nós, de primeiro mandato, finalizamos 2 anos de mandato e estamos no meio da sua execução – não é o caso do deputado Robério Negreiros, que já está aqui há 4 mandatos. Parece que começamos ontem, mas já se passaram 50%. No meu gabinete, avaliamos tudo o que fizemos, por meio de uma resenha, uma retrospectiva, e identificamos o que precisa ser aprimorado. Resolvi ir para a ponta, para a cidade, conversar com as pessoas. Quero louvar a Deus pelo tanto de *feedback* que recebi das pessoas agradecendo a força do mandato. Naturalmente, as pessoas hoje me reconhecem como um grande defensor da família, o que realmente sou.

Quero continuar sendo um pastor honrado nesta casa. Tudo o que faço é sob a proteção de Deus. Oro, coloco tudo diante do Senhor, pedindo a ele sabedoria. Com sabedoria, saberemos entrar e sair de todos os caminhos. Sempre peço a Deus: “Deus, não me abandone, dê-me sabedoria, entendimento, faça-me entrar, faça-me sair”. Estou ocupando uma cadeira nesta casa, mas tenho certeza de que tenho uma vida lá fora, no pastorado e na advocacia. E da mesma forma honrada com que cheguei aqui, quero sair também.

É uma alegria fazer parte da base de governo do governador Ibaneis. Tenho sido um defensor dele e serei ainda mais, pois estamos nos aproximando das eleições e das reeleições no próximo ano. Seguramente, esse grupo que governa Brasília apresentará tudo o que tem feito. Tenho certeza de que Brasília avaliará muito bem e dará uma resposta positiva ao grupo coordenado e liderado pelo governador Ibaneis. Agradeço a Deus por me dar força para levar ao governo todos os pedidos que

chegam das pontas, das pessoas, das administrações – eu já visitei todas as administrações. Tenho alegria de apresentar essas demandas, ser atendido e ter resolvido os problemas da população.

Sei que a saúde não é fácil; enfrentamos problemas na saúde, não só em Brasília, mas no mundo todo. No entanto, aqui não tem faltado a presença do governador. Na semana passada, fiz uma visita à UPA de Vicente Pires e quero deixar meus parabéns. Estamos no terceiro ano e a produção da UPA de Vicente Pires é simplesmente impressionante.

Quero cumprimentar o Jackson, que está chegando aqui, diretor da UPA de Vicente Pires, a quem tive a oportunidade de conhecer. Parabenizo você e sua equipe pelo excelente trabalho. Estive no aniversário da UPA e recebi muitos elogios. Inclusive, Jackson, lembro que um pastor passou mal e você o atendeu prontamente. Eu estava lá no momento. Cumprimento também o doutor Vinícius e o Diógenes.

Presidente, este pessoal é da direção da UPA de Vicente Pires, que completou 3 anos. Quando eu estava lá, Gustavo, o pastor Moisés chegou passando mal, com 2 convulsões, e foi atendido imediatamente. Ontem, o Moisés me enviou um áudio e um vídeo que me encheram de orgulho. Ele disse no vídeo: “Estou assustado com o nível de atendimento da UPA de Vicente Pires”. Ele começou falando do atendimento humanizado, desde a hora em que ele chegou, da internação até a medicação e todos os exames que precisou fazer. Ontem ele recebeu alta e me mandou um áudio e um vídeo, que deixo aqui publicamente registrado. É um cidadão que fez questão de deixar registrada a eficiência do atendimento.

Espero – e tenho convicção de que isto ocorrerá – que não somente as UPAs, mas todos os hospitais do Distrito Federal e todas as UBS possam ter essa capacidade de atendimento, porque isso é dignidade para a população e é o mínimo que a população espera de todos nós.

Então, meus parabéns. Lá eu entreguei moção de louvor para o senhor e agradeço por cuidar das pessoas de Vicente Pires. É interessante porque lá se atendem pessoas de todas as cidades. Vicente Pires está em terceiro lugar nos atendimentos. Em primeiro lugar está o Guará, depois a Estrutural. E é isto mesmo: a UPA é para o Brasília e ela precisa atender a população do Distrito Federal.

Por esse motivo, deixo registrado os meus parabéns a todos os servidores da UPA de Vicente Pires e aos servidores de todas as UPAs e hospitais do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, solicito registro da minha inscrição no comunicado de parlamentares.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Senhor presidente, meus demais colegas, senhores e senhoras deputados distritais, venho hoje a este plenário porque, na semana passada, apresentei um projeto de lei nesta casa. É um projeto de lei muito simples, mas algumas pessoas, não sei se por narrativa ou por qual motivo, tentaram distorcê-lo e acabaram enganando parte da população. Então, venho aqui restabelecer a verdade, porque nós não podemos aceitar esse tipo de coisa aqui no parlamento.

Nosso projeto é muito simples, senhor presidente. Nosso projeto visa proibir o financiamento público, que utiliza recursos públicos, para promover *shows* que façam apologia ao crime organizado, à pedofilia e ao tráfico de drogas.

Eu queria entender por que tentaram desvirtuar o que foi apresentado nesta casa. Alguém aqui defende esse tipo de coisa? Eu, sinceramente, acredito que pode ter sido por desconhecimento. Então, vamos ao significado da palavra apologia: “discurso ou texto em que se justifica, defende ou elogia; defesa apaixonada de algo”.

Dizem por aí que estamos censurando artistas. Mentira! Eu quero que me digam – estou com o projeto aqui na mão – onde, neste projeto, está dizendo que não pode cantar o que quiser, onde quiser? Nós estamos dizendo que, com recursos públicos, não deveriam ser realizados *shows* que

incentivem a pedofilia, o tráfico de drogas ou crime organizado. Agora, você pode cantar o que quiser, onde quiser, contar a sua história; contudo, com recurso público, não!

Eu quero que me digam onde está dizendo que fazemos distinção de gênero musical? Que citamos *rap*, *funk*, sertanejo, samba, pagode? Em lugar nenhum, em hora nenhuma! Não há nada aqui que fale isso. Outros disseram que eu estava fazendo um ataque a determinado artista. Eu quero que digam onde tem aqui o nome de algum artista *a*, *b*, *c* ou *d*. Só porque, em São Paulo, houve uma discussão e o projeto foi apelidado de anti-Oruam, o pessoal achou que somos contra o artista tal. Ele representa muito bem o que queremos combater.

Eu queria até ler uma parte de uma música da arte que esse artista faz no nosso país:

“Várias titânio no pente, colete à prova de bala
Nós desce pra pista pra fazer o assalto
[...]
A recompensa vem logo após
Não somos fora da lei porque a lei quem faz é nós
[...]
Por isso eu vô manda assim
Comando Vermelho RL até o fim
É vermelhão desde pequenininho” (Adaptado.)

Isso é arte? Isso é cultura?

E não para por aí. Esse mesmo artista foi a um festival com a camisa do Marcinho VP, um dos maiores líderes de facções criminosas do nosso país, em que estava escrita a palavra “liberdade”, para pedir a liberdade dele, que foi condenado por homicídio, condenado por tráfico de drogas, por diversas outras coisas. Esse mesmo artista tem uma tatuagem no peito – eu até trouxe a imagem – que cultua o Elias Maluco, que ele intitula de seu tio. Ele tem uma tatuagem no peito desse indivíduo. Sabe quem é Elias Maluco? Elias Maluco foi aquele que foi preso por ter matado Tim Lopes, o jornalista que foi ao morro fazer uma matéria contra a prostituição infantil. Eles o colocaram no micro-ondas, dentro de uma roda de pneu, atearam fogo e o queimaram vivo.

Então, pessoal, sinceramente, isso não é arte. Um artista desse cantando algo desse tipo com recurso público é imoral. Sinceramente, eu não consigo entender por que há pessoas contrárias a um projeto como esse!

Porém, eu vou mais longe. Quando esse projeto foi apresentado em São Paulo, esse artista foi às suas redes sociais e disse o seguinte: “À vereadora que propôs o projeto, vamos dar o Jack nela, dar o Jack nela”. Todos sabem o que significa a expressão dar o Jack: ela se refere a estupro, deputado Chico Vigilante, para aqueles que não sabem.

Eu pergunto às deputadas de direita e às de esquerda desta casa: isso é aceitável? Eu pergunto a uma senhora de 60 anos que, muitas vezes, passou a sua vida toda trabalhando para poder pagar seus impostos, o IPTU todo mês certinho, se ela deve bancar isso. Pergunto para um pai de família que sai de casa às 4 e 30 da manhã, que rala o dia todo, pega um ônibus para alimentar a sua família, chega em casa à noite, tem que pagar os seus impostos, coloca R\$1.500,00 no bolso, que mal dão para pagar as suas contas, se ele acha que o dinheiro dele tem que pagar isso. Pergunto para você que está assistindo se você acha que o recurso dos seus impostos tem que pagar esse tipo de coisa, custear *show* para artista fazer apologia e incentivar crime organizado, pedofilia e tráfico de drogas.

Disseram, inclusive aqui, que o nosso projeto era racista ou higienista. Ora, falaram que nós atacávamos a cultura periférica. Sinceramente, eu acho que a maioria da população do Distrito Federal é honesta, trabalhadora e não cultua a bandidagem. Pensam que essas pessoas querem cultuar a bandidagem, que não querem saúde e educação, mas elas são contra o crime e geralmente são as pessoas que mais sofrem, inclusive, com o crime na ponta.

Sinceramente, quero deixar essa minha fala aqui hoje com um tom de indignação. Coloco-me à disposição de todos os deputados para que, caso tenham suas dúvidas, possamos ponderar. Sempre fui uma pessoa do diálogo, da construção. Eu espero que o projeto que nós protocolamos possa prosperar.

Eu quero deixar um agradecimento especial aos meus colegas que me mandaram mensagem nos últimos dias e também à minha família, porque depois de que falaram algumas coisas que não eram verdade, eu recebi diversas mensagens intimidatórias. Quero agradecer ao presidente desta casa, o deputado Wellington Luiz, que se colocou de pronto à minha disposição, caso eu precisasse, para me apoiar no que fosse necessário com relação à segurança da minha pessoa e da minha família.

Eu digo a vocês o seguinte, deixo muito claro: eu não tenho medo de enfrentar bandido. Não tenho medo de exercer meu papel aqui, seja ele qual for, para combater aquilo que for mais difícil e possível no Distrito Federal. Nós não vamos abaixar a cabeça para ninguém. Nós vamos fazer o maior movimento no Distrito Federal e nós vamos aprovar esse projeto e acabar com essa pouca vergonha.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu quero aqui, mais uma vez, deputado Eduardo Pedrosa, parabenizá-lo pela coragem e pela condução do seu trabalho, que muito nos orgulha. Quero dizer que, como vossa excelência bem colocou, vagabundo nenhum vai nos intimidar. Não tenho medo de vagabundo. Vagabundo é que tem que ter medo de nós. Ou ele tem respeito ou tem medo ou, de preferência, os dois.

Fica aqui, mais uma vez, o nosso apoio irrestrito ao seu trabalho e o de todos os colegas parlamentares. Somos nós que temos que espantar o bandido; não é o bandido que tem de nos espantar. Estamos aqui à sua disposição, a Câmara Legislativa e a Polícia Civil do Distrito Federal – tenho certeza de que falo em nome da nossa instituição e, da mesma maneira, da Polícia Legislativa, que é extremamente competente –, para o apoiarmos no que for necessário.

Muito obrigado.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Avante) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Avante) – Presidente, cumprimento todos e todas presentes. Cumprimento o meu amigo deputado Eduardo Pedrosa, por quem tenho uma grande admiração.

Quando fiquei sabendo do assunto, recebi a mesma demanda de fazer esse projeto de lei. Consultando a nossa assessoria, descobri que o deputado Eduardo Pedrosa já havia protocolado esse projeto de lei, mas, rapidamente, conversando com ele, ele falou para mim: “Deputado João Cardoso, vamos fazer o projeto juntos”. E eu estou junto com ele nesse projeto, assinamos o projeto juntos.

Nós não permitiremos, de forma nenhuma, que o dinheiro público seja utilizado para apologia ao crime e ao uso de drogas. Nós temos que defender nossos filhos, nossas crianças, nossas famílias. Se as pessoas quiserem ir aos *shows* e pagarem com o dinheiro do seu próprio bolso para escutarem apologia ao crime, escutarem porcaria, escutarem pouca vergonha, que vão, desde que paguem com o seu próprio dinheiro, não com o dinheiro público. Nós faremos tudo para que essa lei seja aprovada, para que ela seja sancionada, para que, aqui no Distrito Federal, deputado Wellington Luiz, nós continuemos tendo essa proteção da polícia, essa proteção contra o crime organizado.

Parabéns, deputado Eduardo Pedrosa. Parabéns a todos. Parabéns à vereadora que deu início a esse projeto. Espero que se espalhe por todo o Brasil esse projeto, essa iniciativa de não fazermos apologia ao crime e ao uso de drogas. Somos a favor da cultura, mas não da apologia ao crime e ao uso de drogas.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, na verdade, é um pedido. Temos que aproveitar que ainda há quórum e ver se podemos votar os requerimentos, fundamentalmente o requerimento que transforma a sessão de quinta-feira em comissão geral, até para podermos liberar os parlamentares e organizar os trabalhos desta semana na casa.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Consulto os líderes sobre existência de acordo para votarmos agora os requerimentos e depois voltamos ao comunicado. (Pausa.)

Há acordo.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Convido o deputado Jorge Vianna a secretariar os trabalhos da mesa.

Consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos e apreciarmos as demais matérias. (Pausa.)

Há acordo.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item da ordem do dia.

Votação, em turno único, dos requerimentos:

– Requerimento nº 1.763/2024, de autoria do deputado João Cardoso, que “requer a realização de Audiência Pública, a realizar-se no dia 10 de abril de 2025, às 10h, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre as condições dos Educadores Sociais Voluntários no ambiente de trabalho”;

– Requerimento nº 1.772/2025, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 13 de fevereiro de 2025 em Comissão Geral para debater o financiamento de pesquisa e de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do DF”;

– Requerimento nº 1.773/2025, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 20 de fevereiro de 2025 em Comissão Geral para debater o início do ano letivo das escolas públicas do Distrito Federal”;

– Requerimento nº 1.774/2025, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Requer a realização de Audiência Pública, no dia 18 de fevereiro de 2025, às 19 horas, no Plenário desta Casa, para debater sobre o ‘Projeto Zona Verde’”;

– Requerimento nº 1.794/2025, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Requer a realização de Audiência Pública com o tema: ‘Em Defesa da Vila Cobra Coral: Reparação, Justiça Socioambiental e Cultura’”;

– Requerimento nº 1.795/2025, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Requer a realização de Audiência Pública sobre o tema ‘Desafios da Terapêutica da Hanseníase no DF’, a ser realizada no dia 10 de fevereiro de 2025, às 14h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal”;

– Requerimento nº 1.796/2025, de autoria do deputado Chico Vigilante, que “Requer a realização de Audiência Pública para discutir a gratificação dos diretores das Escolas Públicas do Distrito Federal, em 26 de fevereiro de 2025”;

– Requerimento nº 1.797/2025, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que “Requer a realização de Audiência Pública no dia 24 de fevereiro de 2025, às 19 horas, no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com a finalidade de debater o Decreto nº 46.741, de 14 de janeiro de 2025, que ‘Regulamenta a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal’”;

– Requerimento nº 1.799/2025, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Requer a realização de Audiência Pública no dia 14 de abril de 2025, às 10h, para debater a alteração do nome da Estação 108 Sul do Metropolitano do Distrito Federal para Estação Enfermeira Anna Nery, nos termos do artigo 5º da Lei 4.052/2007”;

– Requerimento nº 1.804/2025, de autoria da deputada Doutora Jane, que “Requer a realização de Audiência Pública no dia 12 de fevereiro de 2025, às 19h, na Quadra de Esportes, localizada na Quadra 04, conjunto 05, lote 06 do Paranoá Parque – RA VII, para debater o ‘Cercamento de quadras residenciais no Paranoá Parque’”;

– Requerimento nº 1.805/2025, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Requer a realização de Audiência Pública no dia 25 de fevereiro de 2025, às 19h, no SIA Trecho 2, Lote 1125, 2º andar (Auditório do SINDUSCON) para debater a regularização do Setor de Chácaras Lúcio Costa”.

Item extrapauta:

Votação, em turno único, dos requerimentos:

– Requerimento nº 1.791/2025, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Requer a

realização de Audiência Pública, no dia 20 de fevereiro de 2025, às 10 horas, na Sala de Comissão, para debater sobre a situação do transporte escolar do Distrito Federal”;

– Requerimento nº 1.792/2025, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Requer a realização de Audiência Pública, no dia 13 de fevereiro de 2025, às 10 horas, na Sala de Comissão, para debater sobre a situação das vagas nas Creches Públicas do Distrito Federal”;

– Requerimento nº 1.809/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Requer a realização de Audiência Pública, para discutir sobre o reconhecimento da pessoa com perda auditiva unilateral ou bilateral, parcial ou total, de 41db ou mais, como PCD (PL 2.432/2021), a realizar-se no dia 17 de março, às 9h30, no plenário”.

Item da ordem do dia.

Votação, em turno único, das moções:

– Moção nº 1.162/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à cultura Hip Hop do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.163/2024, de autoria da deputada Dayse Amarílio, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional do Voluntariado, a ser realizada no dia 6 de dezembro de 2024, às 14h, no Plenário desta Casa de Leis”;

– Moção nº 1.164/2024, de autoria do deputado Martins Machado, que “manifesta votos de Louvor e homenageia atletas de futebol feminino que especifica, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.165/2024, de autoria do deputado Martins Machado, que “manifesta votos de Louvor e homenageia Pioneiros do Karatê no Distrito Federal, que especifica, pelos seus relevantes serviços prestados à população do DF”;

– Moção nº 1.166/2024, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que “parabeniza e manifesta votos de louvor aos cidadãos que especifica, em Homenagem ao Dia do Conselheiro Tutelar, ocorrido em 18 de novembro de 2024”;

– Moção nº 1.167/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos aos profissionais da Saúde do Setor de Assistência à Saúde da CLDF, abaixo mencionados, pelo comprometimento e profissionalismo demonstrados em ato de bravura ao prestarem atendimento rápido e eficaz ao pastor Isamar Ramalho”;

– Moção nº 1.169/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica”;

– Moção nº 1.170/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica”;

– Moção nº 1.171/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos aos profissionais da Saúde do Setor de Assistência à Saúde da CLDF, abaixo mencionados, pelo comprometimento e profissionalismo demonstrados em ato de bravura ao prestarem atendimento rápido e eficaz ao pastor Isamar Ramalho”;

– Moção nº 1.172/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que “reconhece e apresenta votos de louvor aos valores integrantes da Militar do Distrito Federal, pelo profissionalismo e dedicação demonstrados na brilhante atuação em ocorrência no dia 13 de novembro, na Praça dos Três Poderes”;

– Moção nº 1.173/2024, de autoria do deputado Iolando, que “manifesta moção de louvor às pessoas que especifica pela participação e resultados alcançados por intermédio da sala de Recursos de Altas Habilidades de Exatas em Brasília”;

– Moção nº 1.174/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal em ocasião da Sessão Solene em Homenagem ao Dia do Fonoaudiólogo”;

– Moção nº 1.175/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que “moção de Louvor em Sessão Solene em homenagem ao Dia da Soroptimista, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2024, às 10h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, à pessoa que especifica. COMPLEMENTO”;

– Moção nº 1.176/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional do Voluntariado, a ser realizada no dia 6 de dezembro de 2024, às 14h, no Plenário desta Casa de Leis”;

– Moção nº 1.178/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “parabeniza e manifesta votos de louvor à pessoa que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional do Voluntariado, a ser realizada no dia 6 de dezembro de 2024, às 14h, no Plenário desta Casa de Leis”;

– Moção nº 1.179/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que “moção de Louvor em Sessão Solene em homenagem ao Dia da Soroptimista, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2024, às 10h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, à pessoa que especifica. COMPLEMENTO II”;

– Moção nº 1.180/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “parabeniza e manifesta votos de louvor aos advogados que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal em comemoração ao Dia do Advogado”;

– Moção nº 1.181/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal em ocasião da Sessão Solene em Homenagem ao Aniversário de Água Quente”;

– Moção nº 1.182/2024, de autoria do deputado Martins Machado, que “manifesta votos de Louvor e homenageia atletas de futebol feminino que especifica, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.183/2024, de autoria do deputado Martins Machado, que “manifesta votos de Louvor e homenageia mestres e professores de Capoeira, que especifica, pela participação no Festival Esportivo de Capoeira do DF”;

– Moção nº 1.184/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “reconhece e apresenta Votos de Louvor a senhora Karla Carvalho Pinheiro Hentzy, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal como advogada trabalhista”;

– Moção nº 1.185/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal em ocasião da Sessão Solene em Homenagem ao Aniversário de Água Quente”;

– Moção nº 1.186/2025, de autoria do deputado Martins Machado, que “Manifesta votos de Louvor e homenageia mestres e professores de Capoeira, que especifica, pela participação no Festival Esportivo de Capoeira do DF”;

– Moção nº 1.187/2025, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor à atriz Fernanda Torres pela conquista do Globo de Ouro e por suas contribuições para o cinema nacional”;

– Moção nº 1.188/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Manifesta votos de louvor e parabenizar os Peritos Papiloscopista da policia civil do distrito federal pelos relevantes serviços prestados a toda a sociedade brasiliense”;

– Moção nº 1.189/2025, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos aos profissionais da saúde em reconhecimento à dedicação, ao empenho e aos relevantes serviços prestados à população, promovendo a saúde e o bem-estar no Distrito Federal”;

– Moção nº 1.190/2025, de autoria do deputado Roosevelt, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor ao Sargento ELIAS FERREIRA SABIA JUNIOR, Siape: 1349022, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), pelos relevantes serviços prestados durante o combate ao incêndio na Floresta Nacional de Brasília – FLONA, ocorrido em setembro de 2024”;

– Moção nº 1.191/2025, de autoria do deputado Roosevelt, que “Reconhece e apresenta votos de louvor aos valores integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal, pelo profissionalismo e dedicação demonstrados na brilhante atuação em ocorrência no dia 13 de novembro, na Praça dos Três Poderes”;

– Moção nº 1.192/2025, de autoria do deputado Roosevelt, que “Reconhece e apresenta votos de louvor ao 3º SGT Luiz Fernando de Andrade, matrícula 1142608, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo heroísmo demonstrado ao salvar a vida de uma bebê de apenas cinco meses que

estava engasgada”;

– Moção nº 1.193/2025, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Parabeniza e manifesta votos de Aplausos e Louvor ao Jornalista GUILHERME VICENTE MORAIS DE ARAUJO por sua significativa contribuição à sociedade da brasileira por meio da publicação da obra Raros – Histórias que Transformam”;

– Moção nº 1.194/2025, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem aos atletas e jogadores de voleibol do Distrito Federal, a ser realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, às 19h, no auditório desta Casa de Leis”;

– Moção nº 1.195/2025, de autoria do deputado Roosevelt, que “Reconhece e apresenta votos de louvor ao militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) que participaram da missão de resgate após o colapso da ponte Juscelino Kubitschek sobre o Rio Tocantins, ocorrido em dezembro de 2024”;

– Moção nº 1.196/2025, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem aos atletas e jogadores de voleibol do Distrito Federal, a ser realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, às 19h, no auditório desta Casa de Leis”.

Item extrapauta.

Votação, em turno único, da Moção nº 1.197/2025, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas e grupos que especifica em alusão aos 15 anos do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília”.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis às moções e aos requerimentos que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 13 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foram aprovados.

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno, retoma-se o comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós estamos vivendo uma situação grave aqui no Brasil – e eu tenho colocado isso constantemente –, que é a inflação de alguns itens da alimentação, inclusive do café, o item que mais inflacionou.

Outro dia eu fiz um vídeo falando do aumento que houve do café, até porque o café é o primeiro alimento da maioria do povo. Eu morava na roça e, de manhã cedo, colocava um punhado de farinha de puba dentro de uma xícara de café. Eu comia aquele chibéu, como nós o chamamos, e ia para a roça trabalhar. Aqui, na cidade, as pessoas tomam café de manhã e vão para o trabalho. No trabalho tomam café, no almoço tomam outro café e no jantar tomam outro café.

O café teve um aumento, em 1 ano, de 50%. Do meu ponto de vista, não houve motivo algum para esse aumento. Nos últimos anos, o café subiu 126%. E ainda há um problema mais sério; além do aumento que houve, a associação dos torradores e moedores de café está dizendo que o preço vai aumentar mais 25%.

Eu acho que está na hora de o governo intervir, com uma investigação rigorosa, para saber o porquê de tudo isso, até porque essa gente que está aumentando o preço do café dessa maneira, em um período no Brasil, há 90 anos, queimou milhares de toneladas de café porque o preço estava baixo. Eles queimaram o café. Ainda agora, eu estava vendo um estudo que indica que o café que eles queimaram na época daria para alimentar de café a população brasileira hoje por volta de 4 anos.

Então, há uma situação grave. Não há motivo para o café ter subido o tanto que subiu, até porque saiu hoje o índice de inflação do IBGE. Nós estamos com a menor inflação desde o Plano Real no mês de janeiro. Portanto, é inaceitável isso que eles estão fazendo com relação à questão do café.

Dito isso, eu quero abordar outro ponto aqui que é a questão das empresas prestadoras de serviços. Nós tivemos uma luta muito grande na Secretaria de Saúde do Distrito Federal para que acontecesse a licitação. A secretária Lucilene bancou e fez a licitação. Nós estamos agora com um

problema sério que é a quitação dos direitos trabalhistas dos trabalhadores que prestavam serviço por uma empresa chamada Ipanema. Em alguns casos, a secretaria está tendo que pagar diretamente.

Felizmente, há uma lei de minha autoria aprovada aqui nesta casa, que é a “Lei Anti-Calote”, que determina que, nos recursos, cada vez que o tomador de serviço recebe, sejam separadas as parcelas rescisórias, destinando-as a uma conta especial, para que, caso a empresa quebre, os trabalhadores fiquem garantidos. É o que está acontecendo nesse caso.

O grave, o lamentável, é que, na área da limpeza, na qual conseguimos a licitação também, a empresa que assumiu, uma tal de Ageplan, já está atrasando o salário também. Os responsáveis assumiram há 1 mês e já estão atrasando o salário. A Ageplan está deixando de pagar as trabalhadoras e os trabalhadores terceirizados da limpeza na saúde. Ali, há mulheres, na maioria mães de família, mães solo... porque homem é bicho danado, faz um monte de menino e, quando a coisa aperta dentro de casa, deputada Dayse Amarílio, o danado do cara vai embora e deixa a mãe sozinha cuidando dos filhos. Portanto, são dessas trabalhadoras que eu estou falando, que estão sem salário, e estamos pressionando efetivamente para que elas recebam.

Ontem, eu falava com o pessoal da secretaria e dizia que é necessário romper novamente o contrato com a Ageplan e chamar outra empresa que pague o salário daquelas trabalhadoras e daqueles trabalhadores em dia.

Há um projeto de minha autoria que está tramitando aqui prevendo que, se uma empresa atrasar 3 pagamentos consecutivos, isso será motivo para o rompimento imediato do contrato de trabalho e para a convocação de outra empresa para prestar o serviço. Só assim iremos moralizar a prestação de serviço aqui no Distrito Federal.

Obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, presidente.

O secretário Gustavo Rocha acabou de ligar, pedindo para informar aos nobres colegas que, conforme foi acertado, a proposta apresentada com as alterações da nomenclatura – de comitê para comitê de planejamento – foi acolhida pelo governador.

Então, fica valendo, a partir de agora, a mudança discutida na última reunião. Pedi a palavra apenas para informá-los e, mais uma vez, agradecer ao nosso secretário Gustavo Rocha, a toda a sua equipe e ao governador, por sua sensibilidade. Mais uma vez, a Câmara Legislativa, de forma responsável, aprimora as propostas do governo para melhor atender à população do DF. Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Wellington Luiz.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, peço para fazer a minha inscrição na ordem. Ela foi solicitada, mas agora isso tem que ser feito oralmente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Já está feita.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – É que me orientaram e estou fazendo certinho.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Já está feita.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Por nada.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, deputados, deputadas, servidores e servidoras que acompanham a Câmara Legislativa do DF, desde ontem estamos acompanhando de forma muito atenta a situação da saúde pública do DF. Felizmente, agora houve um desfecho positivo em relação à decisão do governo de revogar o primeiro decreto e apresentar uma

nova alternativa à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Eu gostaria de parabenizar o enorme esforço da deputada Dayse Amarilio, do deputado Gabriel Magno e de vários parlamentares que se envolveram nessa discussão, e também de entidades como o Conselho Regional de Medicina, o Sindicato dos Enfermeiros, o Conselho de Saúde e outras entidades que atuaram de forma decisiva para que esse decreto fosse revogado.

O fato é que o governo tentou criar um comitê gestor da saúde, algo absolutamente ilegal, que gerou um constrangimento enorme, porque as atribuições desse comitê se sobrepujam tanto às atribuições do Conselho de Saúde quanto às da secretária de Saúde. Após a mobilização desta casa e o esforço de várias lideranças e parlamentares, hoje o governo decidiu recuar e apresentar uma nova proposta que contempla as entidades e a legislação que está em vigor.

Eu queria ressaltar esse tema, que é um esforço do Legislativo – não apenas da base ou da oposição, mas de todo o conjunto de deputados atuando – e especialmente das entidades que defendem a saúde pública do Distrito Federal.

Ninguém acha que a saúde vai bem. Aliás, o governador está há 6 anos errando muito na saúde pública do Distrito Federal, inclusive com a ampliação do Iges-DF, um instrumento que é quase uma aberração do ponto de vista da gestão da saúde e que não tem solucionado os problemas da saúde no Distrito Federal. Agora esperamos que um comitê de acompanhamento possa colaborar com as entidades já existentes para qualificar e melhorar a saúde pública no DF.

Eu queria chamar a atenção, presidente, para um tema muito importante: o direito à cultura no DF. A partir do dia 1º de março, acontecerá o Carnaval 2025, a maior festa de rua do país, que acontece em todas as cidades brasileiras. Nós temos Carnaval, sim, no Distrito Federal – um Carnaval descentralizado. O Carnaval acontece em Brasília! Ele acontece muito pelo esforço autônomo dos blocos que se organizam e tentam fazer o Carnaval acontecer, porque, infelizmente, até aqui, a gestão pública dá um apoio que é secundário, que chega em cima da hora e que, muitas vezes, é insuficiente para o Carnaval de rua acontecer da melhor forma.

Algumas coisas têm me preocupado, presidente, em relação ao Carnaval 2025. A primeira delas é a repressão, a repressão ao Carnaval. Nós já vivemos, deputado Pepa – vossa excelência, que é da cultura, sabe –, carnavais muito violentos, com a cavalaria na rua e o uso de *spray* de pimenta.

No ano passado, o Carnaval foi absolutamente pacífico, sem ocorrências letais, sem ocorrências de violência, mas, infelizmente, neste final de semana, já houve um problema de repressão ao Carnaval, com o uso de *spray* de pimenta. Isso escala o clima e a tensão no Carnaval, de um lado para o outro: as forças de segurança e os foliões vão para a rua em um clima mais tenso. É preciso pacificar, é preciso que os protocolos sejam pactuados e dialogados com os foliões e com os blocos, para que esse clima de repressão não cresça no Carnaval de 2025. Essa é a primeira preocupação que temos com o Carnaval.

A segunda, deputados e presidente, deputado Wellington Luiz – sei que vossa excelência tem uma sensibilidade enorme –, é com os trabalhadores ambulantes. Neste final de semana, a DF Legal ficou na rua o tempo inteiro perseguindo os trabalhadores ambulantes que vendiam os seus produtos e, pior, recolhendo o material dos ambulantes, que estavam vendendo cervejinha para pagar as contas de casa. Eles estavam vendendo a cervejinha, o refrigerante e o energético na rua do Carnaval de Brasília para pagar o aluguel.

Esse é o objetivo principal da DF Legal, de fiscalização? Por que não fiscalizam as grandes empreiteiras desta cidade que estão cometendo várias irregularidades nas construções?

Catar a cervejinha de caixeiro é muito fácil! Não dá para tolerar esse tipo de coisa acontecer de novo no Carnaval do DF. Vimos isso neste final de semana, em um bloco. A pessoa batalha e compra o material para vender. O trabalhador ambulante precisa ser respeitado. Ele está lutando para ter o seu dinheiro e a sua condição de vida.

Eu queria fazer um apelo. Faço um apelo ao secretário de governo José Humberto, que é quem coordena essa área de estruturas do governo, e ao secretário Cristiano, da DF Legal: deixem o povo trabalhar no Carnaval!

O folião quer curtir o Carnaval, e a secretaria tem a obrigação de organizar e dar as diretrizes para isso acontecer, mas deixem o povo trabalhar no Carnaval. Essa é a nossa preocupação com relação aos trabalhadores que estão se dedicando. É no Carnaval, deputado Jorge Vianna, que eles conseguem faturar para pagar o IPVA e as primeiras contas do ano, que sabemos que são caras para

todos, especialmente para os ambulantes, porque eles não têm estabilidade.

Deixem o povo trabalhar no Carnaval! Deixem o folião curtir!

Obviamente, a situação pode ser pactuada e organizada, como foi no ano anterior e não houve nenhum problema. Mas não dá para começar o Carnaval e o pré-Carnaval nesse clima de repressão. Isso não podemos tolerar, porque queremos um Carnaval de paz nesta cidade.

Por último, presidente, quero falar de uma ocorrência relacionada às fanfarras que me chamou a atenção. Fanfarras são grupos autônomos de música espalhados pela cidade que se organizam para ensaiar. O Ibram foi a uma fanfarra, antes das 20 horas, fazer uma advertência por conta da Lei do Silêncio.

Meu assessor estava medindo com um decibelímetro no celular – qualquer um pode baixar isso, e o deputado Pepa entende bem disso, porque ele é da cultura e sabe como isso funciona. Se fizermos a medição agora, vai dar 85 decibéis, 89 decibéis na Câmara Legislativa. Pela Lei do Silêncio, teríamos que fechar a Câmara Legislativa. Fechem, fechem a Câmara Legislativa! Ela está fora da Lei do Silêncio! Mas, não. Eles vão em cima da fanfarra, em cima de um bar com música, de um restaurante. Tem que haver a mediação com a comunidade, as coisas têm que acontecer da forma correta, mas não dá para haver essa mão dura.

Como é que um comerciante, deputado Ricardo Vale, dono de um bar com música ao vivo, recebe uma multa de 20 mil reais? Ele não consegue ficar de pé, pagando suas contas, não. Precisamos pensar nessa mediação de conflitos. O governo, antes da advertência, antes da multa, tem que estabelecer uma câmara de mediação de conflitos, inclusive para o dono do bar, do restaurante e os organizadores do evento cultural criarem as condições de conforto acústico para que todo mundo fique bem no fim das contas. Isso é possível. Esse tipo de mediação é possível.

Não dá para essa mão dura do Estado chegar dessa forma contra a fanfarra, contra a cultura de rua, contra os bares que têm música ao vivo, contra os restaurantes. Obviamente há excessos, e os excessos podem ser combatidos. Precisamos de diálogos, é possível conversar, mas não dá para essa cidade ser a cidade da caretice, que não aceita a cultura de rua, que não aceita a cultura popular, que não aceita a música. Os músicos têm muita dificuldade nesta cidade. Vossa excelência acompanhou essa pauta e sabe disso.

Eu queria fazer esse apelo em defesa do Carnaval, em defesa da música e em defesa dos trabalhadores ambulantes da nossa cidade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix. É importante o seu pronunciamento. Já falei e vou repetir: esta casa tem que trazer de novo o debate dessa Lei do Silêncio, uma lei arbitrária, inexequível e absurda, que fecha bares, restaurantes, desemprega garçons, cozinheiros, músicos, que acaba com muitos comércios. Esta casa tem um grande receio, tem medo de fazer esse debate. Deputado Fábio Félix, precisamos trazer ao debate essa alteração da Lei do Silêncio de novo para esta casa. É uma lei absurda, injusta e não temos de ter receio de trazer esse debate de novo para cá.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (PP) – Quero me inscrever para fazer uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – O senhor já está inscrito, deputado Pepa.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Obrigado, presidente. Há muitas controvérsias neste início de legislatura. Nós falamos de tantas pessoas, mas hoje, dia 11 de fevereiro, eu venho falar de uma pessoa que faz aniversário, que é um anjo na minha vida, mãe, esposa, filha, amiga, conselheira, é o meu amor. Falo de minha esposa, Regina Célia Cardoso, que está completando 54 anos de idade.

Deus tem sido fiel na minha vida, tem sido pilar, mas tem passado nela também, sempre, por meio desse pilar, que é a minha esposa. Nós somos casados há 34 anos, temos 8 filhos e 3 netos. Ela é uma mulher de virtudes morais e cristãs, e me alegra muito ser seu esposo, amigo, receber os seus conselhos sempre. Ela é uma linda mulher a quem devo toda a minha trajetória de vida e a minha vida propriamente dita.

Ela sempre lembra que tentei namorá-la 3 vezes na juventude. Nós morávamos próximos. O deputado Ricardo Vale convivia conosco na mesma região. Nas 3 vezes, ela não aceitou namorar comigo. Ela sabia que o meu coração talvez não tivesse tão boa intenção como teve depois.

Depois, eu conquistei 3 coisas que pensei que seriam as melhores da minha vida: eu me tornei oficial do Exército – tinha moral –, 3 armas – uma carabina, uma pistola e um revólver – e um carro. Falei: “Agora, encontrei o amor da minha vida” – pelo contrário. Esses foram os 3 anos da minha vida – tudo com o número 3 – em que caí no mundo. Caí no mundo, sem norte. Eu era um jovem de 23 anos.

Em um sonho, a minha esposa, Regina, apareceu. Ela falou 3 vezes para mim: “Não deixe a peteca cair”. Eu fiquei cismado com aquilo. Na mesma semana, nós começamos a namorar. De namoro e noivado, foram 3 anos. A época, arrisquei tudo e larguei a carreira militar, que não estava me fazendo muito bem. Queríamos nos casar, ficar em Brasília e ter filhos.

Eu tinha 3 coisas às quais me apegava muito: as 3 armas. A primeira coisa que fiz foi guardar as 3 armas. Meti a marreta nas 3 armas, aos 23 anos, e as guardei na Ponte do Bragueto. Elas estão jogadas no Lago Paranoá. Destruí as armas e falei: “Nunca mais vou tocar em uma arma”. Assim, Deus tem permitido até hoje.

Vieram a abertura à vida e a criação dos filhos dentro da Igreja, do Caminho Neocatecumenal, da Renovação Carismática e dos Vicentinos. O número 3 sempre aparece.

Depois, Deus me permitiu 3 empregos públicos como auditor fiscal e professor. Ela também era professora.

Eu sempre escutei, escolhi e procurei servir a minha esposa, que sempre foi o cerne da nossa família e de todos à sua volta. Ela é uma mulher que não se apegava às coisas. Ela não se apegava a nada. Ela não se apegava ao fato de o esposo ser ou não deputado. Ela fala: “Você consegue tudo que deseja”. Eu falo para ela: “Na verdade, isso acontece, porque tenho você, que pode me apoiar e me aconselhar”.

No ano passado, aconteceram 3 situações comigo. No dia 10 de abril, eu tive que colocar um marcapasso. No dia 10 de abril, a minha esposa se aposentou e estava na UTI comigo. Também foi no dia 10 de abril que o meu neto Tiago nasceu. Foram 3 maravilhas. Ela disse que isso tudo era para eu continuar servindo e que o meu coração voltou a bater para que eu pudesse continuar servindo como sempre fiz, desde a minha juventude.

Quando o meu coração podia ter parado de bater, no ventre da minha mãe, ele não parou. Essa é uma história minha e, por causa dela, sou e sempre serei a favor da vida. Meu coração parou de bater e, depois, no dia 10 de abril, voltou a bater.

Servir me faz feliz. Estou no parlamento e procuro servir todos os parlamentares, todos os servidores e toda a população do Distrito Federal. Esse amor ao próximo passa por uma pessoa em primeiro lugar: pela minha esposa, que hoje faz aniversário. Esse amor de Deus passa por ela.

Essas 3 coisas de que eu sempre tenho falado aqui, hoje, para mim, são um resumo daquilo em que eu acredito e que eu professo: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. São as 3 coisas que têm norteado a nossa vida. Eu dou graças a Deus!

Hoje cada um dos nossos filhos fez uma mensagem de amor para ela.

Eu digo para você, Regina Célia: eu amo você, eu amo você. Vou falar 3 coisas: amo você, minha linda esposa; amo você, minha maravilhosa mãe; amo você, minha amada avó. Eu – é claro – me torno, desse jeito, o lobo mau que pega a vovó. Por isso, eu fico muito feliz e falo para ela novamente: eu amo você. Parabéns!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Parabéns, deputado João Cardoso.

Parabéns à Regina Célia por mais um aniversário. Essa foi uma linda declaração de amor.

Eu tive a felicidade de conhecê-los ainda namorando. Então, parabéns! Vida longa à Regina e a esse amor belíssimo e lindo desse casal.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder.) – Boa tarde a todos.

Esta é a primeira sessão legislativa em que faremos deliberação.

Desejo a todos do parlamento e a todos que nos escutam que tenhamos um ano abençoado por Deus! Que neste ano de 2025 tenhamos um compromisso verdadeiro com a população do Distrito Federal, com a população do Brasil!

Eu fico muito feliz de comunicar a todos que esta casa legislativa conquistou a categoria diamante no Programa Nacional de Transparência Pública. Não existe outra assembleia legislativa ou câmara estadual que tenha recebido esse certificado, que é a premiação diamante em relação à transparência. Isso nos honra a todos. Precisamos melhorar muito, mas, como eu fui presidente da CFGTC por 2 anos, inclusive com o senhor, deputado Ricardo Vale, como vice-presidente, nós temos a honra de deixar esse legado aqui para a Câmara Legislativa. Esperamos que esse trabalho continue. Estaremos aqui fortalecendo a luta para que esta casa legislativa sempre tenha a melhor transparência. Precisamos melhorar muito, mas hoje, no Brasil, nós somos referência e queremos continuar com esse título.

Quero também aproveitar para dizer que ontem, dia 10 de fevereiro – um dia importante para mim, porque tenho pessoas muito queridas que fazem aniversário nesse dia –, aconteceu a abertura da creche da UnB. É algo histórico e uma referência no Brasil e em Brasília. A nossa universidade federal agora atende também as nossas crianças. Isso foi fruto de emenda parlamentar de minha autoria. Eu gosto sempre de frisar que a emenda parlamentar é a reversão, para a população, do pagamento dos impostos realizado por ela.

Nós entregamos uma creche equipada para a Secretaria de Educação. Além de linda, a creche é toda equipada com móveis. As crianças estavam muito felizes ontem. Essa é uma conquista para Brasília e para as pessoas que terão oportunidades. Há algo diferenciado nessa creche: conseguimos fazer um convênio entre a Universidade de Brasília e a Secretaria de Educação, com a participação do Ministério Público, em que 30% das vagas são destinadas aos estudantes e servidores da UnB. Isso fará toda a diferença. Como mulher e mãe de 6 filhos, sei a importância da creche para uma mãe continuar estudando e trabalhando. Essa creche faz com que as estudantes da Universidade de Brasília não parem de estudar e mostrem o protagonismo feminino. Isso é fundamental.

É esta notícia que quero dar aos senhores: a creche está em pleno vapor e, se Deus quiser, vai se tornar referência de educação no Distrito Federal.

Presidente, também aproveito a oportunidade para dizer que ontem recebemos alguns moradores que tiveram casas demolidas na 26 de Setembro. Todos nós ficamos muito sensibilizados com a situação da 26 de Setembro, principalmente com aqueles moradores que estavam com as casas todas mobiliadas. Isso não significa apenas a derrubada das casas, mas a derrubada da dignidade e dos sonhos.

Além da situação dos moradores – coloco-me solidária a toda a população da 26 de Setembro –, faço uma pergunta neste parlamento: onde está a polícia? Onde está o Ministério Público para combater e colocar na cadeia os grileiros? Estamos falando de terra da população do Distrito Federal que está sendo vendida por irresponsáveis, criminosos, que estão enganando a população e vendendo uma terra que não é deles, é nossa. Isso traz um problema de moradia própria para o Distrito Federal. Então, pergunto: onde está a polícia? Onde estão os órgãos competentes para colocar esses grileiros na cadeia? É isso que eles merecem.

Deixo meu pedido, presidente, para que essa situação seja resolvida.

Presidente, ainda estou vendo algumas pessoas no plenário falando a respeito da nomeação de servidores para a nossa casa, de policiais civis e dos Avas que estavam aqui. É muito importante, presidente, que saibamos que, quando o governo se propõe a fazer um concurso público, ele mexe não só com a estruturação de políticas públicas, mas também, de forma individual, com as pessoas. Por trás de cada uma dessas pessoas há famílias, maridos, esposas, mães e pais. As pessoas se dedicam para passar no concurso público, e isso gera uma expectativa que não foi colocada por elas, mas, sim, pelo governo.

É muito importante que possamos fazer essas nomeações. Os senhores estão diariamente nesta casa e têm todo o meu apoio. É importante dizer que servidor público – vejo que nós, na Câmara Legislativa, temos que colocar isso de uma forma muito enfática – é para servir o público.

Portanto, também queremos que vocês sejam nomeados e tenham essa responsabilidade de estarem aqui fazendo, tanto para policiais civis, como para policiais penais, políticas públicas para a população. Este é o compromisso: nomearmos servidores, mas que os senhores também entreguem essa oportunidade de trabalho para a nossa população. Contem com o nosso apoio para que isso aconteça. (Palmas.)

Presidente, eu quero rapidamente falar de mais um assunto. Na semana passada, nós tivemos uma orientação do presidente da República de que as coisas caras não são para serem compradas. Eu quero fazer uma reflexão como dona de casa, como mulher e também como alguém preocupada com a família.

Eu tenho o costume de dizer que uma dona de casa consegue, mesmo com circunstâncias muito difíceis, colocar água no feijão, esticar o arroz, colocar uma farofinha com carne desfiada na mesa, pois ela é uma boa gestora. No entanto, como a dona de casa e o pai de família estão fazendo se a água está cara? Como a dona de casa está fazendo se o feijão está caro? A carne não existe mais para o brasileiro. Como uma pessoa que foi eleita para dar uma solução ao país coloca o peso da situação na dona de casa e diz a ela para que não compre? Como o presidente da República quer que a população coma? Ela irá voltar à época de água com farinha?

Presidente, fica registrada a minha indignação como mulher, como mãe e como uma pessoa que sabe o valor de quem vai trabalhar e não consegue sustentar a família nem levar uma alimentação de qualidade para os seus filhos.

O presidente da República tem que trazer soluções, não mais problemas para a população. Temos que dizer que está tudo muito caro: café, arroz, feijão. A saúde precisa de investimentos.

Infelizmente, vimos que, hoje, saiu um índice de percepção de corrupção que mostra que, nesses anos todos, aumentou o índice de corrupção no Brasil.

Nós precisamos, como brasileiros, exigir que o líder desta nação tenha, pelo menos, consideração por uma mãe, por um pai que sabe o que uma criança, um jovem, uma família precisa especialmente da alimentação, que é a dignidade mínima para qualquer ser humano.

Muito grata e que Deus abençoe todos.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputada.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Obrigado, presidente. Boa tarde. Boa tarde a todas e todos que nos acompanham nesta sessão.

Quero começar dialogando com a deputada Paula Belmonte sobre o dia de ontem, parabenizando-a, inclusive, pela creche neste dia que é um dia histórico, deputada Paula Belmonte, 10 de fevereiro. Vossa excelência mencionou que vários amigos e amigas comemoram o aniversário neste dia, que também é o aniversário do Partido dos Trabalhadores, que completou ontem 45 anos de vida e de luta em defesa do povo brasileiro. Nós faremos, inclusive, uma sessão solene no dia 13, no plenário desta casa, para celebrar as grandes transformações que este país já viveu sob os governos do presidente Lula, da presidente Dilma, do Partido dos Trabalhadores, nas gestões municipais e estaduais.

O modo petista de governar inclui gestão democrática, orçamento participativo, fortalecimento do SUS, servidores públicos, controle social forte, autonomia e independência da Polícia Federal e combate à corrupção.

Veja bem, presidente, a extrema-direita abandonou a Lei da Ficha Limpa e o combate à corrupção; agora eles são contra e querem revogar a Lei da Ficha Limpa para salvar o corrupto, o inelegível, Jair Bolsonaro.

Quero dialogar com a deputada Paula Belmonte e parabenizá-la pela creche que foi inaugurada em um dia muito importante para a história do povo brasileiro, que é o dia 10 de fevereiro. Inclusive, quero dizer e lembrar que, no Distrito Federal, foram os governos do PT que começaram a construção das únicas creches públicas que temos. No Distrito Federal, deputado Chico Vigilante, só havia 1 creche antes do governo Agnelo e, com o governo da presidenta Dilma, foi destinado orçamento para a construção de mais de 100 Cepis, creches que infelizmente não foram entregues. Esse processo foi interrompido muito em virtude do golpe de 2016.

Presidente, eu quero falar de 2 questões. Primeiramente, quero parabenizar também o presidente desta casa, deputado Wellington Luiz, pelo papel importante na articulação e na mobilização que permitiu que hoje, antes desta sessão, o Governo do Distrito Federal reconhecesse o erro que foi a publicação do decreto que criava o Comitê Gestor da Saúde. Estava errado de várias maneiras: na forma, na falta de diálogo; no método e no conteúdo. Ele tentava usurpar atribuições da Secretaria de Saúde, do controle social e do Conselho de Saúde. E foi a mobilização dos servidores, dos trabalhadores do SUS, dos usuários e do controle social, que é fundamental para fortalecer o Sistema

Único de Saúde, que nós conseguimos hoje, segundo palavras do governo, aqui confirmadas pelo presidente deputado Wellington Luiz, que o governador recuasse e dissesse que irá revogar o decreto e publicar um novo, com outro caráter, respeitando o controle social do SUS.

A nossa luta por mais servidores, mais investimento e mais transparência vai continuar. Por isso, reafirmo que a luta desse campo, que defende o Distrito Federal, é pela instalação também, ainda neste ano, da CPI do Iges, que é fundamental para abrir a caixa-preta e investigar os desmandos, os processos de corrupção e a falta de gestão na Secretaria de Saúde, pois quem paga a conta, infelizmente, é a população do Distrito Federal.

Quero, por fim, presidente, dizer que ontem, dia 10 de fevereiro, iniciamos as aulas nas escolas públicas do Distrito Federal, marcando o início do ano letivo. Quero dizer também que, nesta semana, saiu o resultado dos aprovados na Universidade de Brasília, com um grande número de alunos da rede pública, o que mostra que, mesmo sob os ataques que sofreram nos últimos anos, as escolas públicas e os professores ainda mantêm muita qualidade na rede. Professores e professoras desta cidade prestam um serviço essencial para o povo do Distrito Federal, que se refletiu na grande aprovação no PAS.

Quero parabenizar os estudantes, as comunidades escolares e as escolas por esse brilhante resultado e dizer, presidente, que vamos acompanhar muito de perto o trabalho nas escolas, durante o ano letivo, porque o ano começou, e os problemas continuam. As escolas não receberam o PDAF, o dinheiro na conta, para poderem planejar e iniciar o ano letivo e recepcionar os estudantes. Os estudantes se apresentaram ontem, e as escolas estão sem dinheiro em caixa. O governo não pagou o que devia, descumprindo o que está na lei, que exige o pagamento antes do início do ano letivo, para comprar gás, comprar material pedagógico, reformar, pintar e preparar as escolas. É um absurdo a falta de cuidado da gestão da Secretaria de Educação. Mais um ano começa sem o uniforme escolar. A desculpa e a justificativa da secretária de Educação são que a empresa contratada, que ganhou a licitação, não entregou os uniformes. Eles terceirizam o serviço e depois jogam a culpa na empresa.

Ela é a secretária. Ela é a gestora. Ela é que tem de arrumar a solução. O que não pode é, mais uma vez, os estudantes começarem as aulas sem o uniforme escolar. O governo pagou, a empresa recebeu, e fica por isso mesmo. As escolas começam no improviso e continuam com problemas, deputado Rogério Morro da Cruz!

Em São Sebastião, por exemplo, há salas superlotadas; pais e mães não conseguem matrícula perto de casa, porque não há escola, porque não há construção de escola. Aliás, em São Sebastião, é um absurdo, presidente, a Secretaria de Educação construir escola no lugar da quadra dos estudantes, no lugar dos estacionamentos dos servidores. O ano letivo se iniciou, e não há salas de aula! É tudo improvisado.

Essa é uma prática que tem sido comum na Secretaria de Educação e, quando o gestor ou a comunidade escolar denuncia o malfeito, sabem o que acontece? Eles são chamados na Corregedoria. É autoritarismo tentar silenciar a comunidade escolar! Ora, o diretor e a diretora de escola foram eleitos pela gestão democrática e pela comunidade escolar. Que história é essa de que não podem falar a situação para a imprensa? Que história é essa de que não podem mobilizar a comunidade escolar? O governo tem medo de abaixo-assinado e de gestão democrática e tenta calar os gestores, que não se conformam e estão corretos. Deixo toda a minha solidariedade aos diretores e diretoras de escola que estão esperando uma providência.

No ano passado, esta casa aprovou – está no orçamento de 2025 – uma emenda que apresentamos ao orçamento que corrige uma injustiça, porque garante um reajuste de 25% para os diretores, vice-diretores e supervisores e a equiparação da gratificação entre escolas classe, CEFs e Centros de Ensino Médio. O governo precisa encaminhar e apresentar o projeto de lei e o decreto. Nós aprovamos o orçamento. É preciso respeitar a comunidade escolar.

Desejo um bom ano letivo e reafirmo o compromisso de que estaremos nessa luta, juntos e juntas, pelo cumprimento das metas do Plano Distrital de Educação, pela valorização das carreiras, por mais nomeações e por melhor estrutura nas escolas.

Parabenizo, mais uma vez, os trabalhadores e as trabalhadoras da educação, que tanto fazem por esta cidade. Desejo um ótimo ano letivo, com muita mobilização e, com certeza, com muita luta.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Encerro o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para comunicado.) – Presidente, uma ótima tarde aos pares, à imprensa e a todos que assistem a nós pela TV Câmara Distrital.

Tenho 3 boas notícias para São Sebastião, para os moradores do Capão Comprido, do Morro da Cruz II, que é o Zumbi dos Palmares, e do Bairro Vila do Boa. Hoje, recebi no gabinete do povo a diretoria da Neoenergia Brasília, que já tem autorização do Poder Executivo para atuar nessas áreas, removendo as gambiarras e levando energia legalizada a todos os moradores.

Costumo dizer que não é favor, é mais do que obrigação da Neoenergia fornecer energia legalizada, e os moradores vão pagar essa conta. Quero dizer que houve uma articulação desde o início do nosso mandato, com várias reuniões na Neoenergia e no nosso gabinete. Está previsto o início da instalação dos postes da nova rede para julho no Morro da Cruz II e no Zumbi dos Palmares e, para março, no Capão Comprido e na Vila do Boa. Que Deus nos abençoe!

Uma boa notícia para os moradores do Zumbi dos Palmares: a partir de segunda-feira, os ônibus circulares irão operar na Avenida Zumbi dos Palmares. O Zebrinha, o circular, irá até o terminal rodoviário. Ele vai passar pelo terminal, pegar a regional de ensino, entrar no Zumbi dos Palmares, pegar a Avenida do Morro da Cruz, sair no balão e voltar para o terminal rodoviário. Essa é uma luta que travamos há mais de 15 anos e agora conseguimos, graças a Deus, junto com a Pioneira, por meio da articulação com a Semob, levar dignidade àqueles moradores.

Eu não poderia deixar de agradecer à nossa senadora Damares Alves, que destinou 10 milhões de reais – eu complementei com 2 milhões e 600 mil reais, totalizando 12 milhões e 600 mil – para a construção da UBS do Bairro São Francisco.

Presidente, graças a Deus, as coisas estão acontecendo.

Com relação ao Hospital Regional de São Sebastião, estamos nas tratativas junto com o Tribunal de Contas do Distrito Federal. Já destinei recursos para os projetos, temos recurso da bancada federal, e o Hospital Regional de São Sebastião vai sair do papel. Isso é questão de tempo.

Para finalizar, nesta oportunidade, quero trazer a este plenário uma preocupação que exige a máxima atenção desta casa, especialmente de vossa excelência, presidente, e do presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa. Quero falar do Decreto nº 32.598/2010, que, em seu art. 82, determina que todas as notas de empenho inscritas em Restos a Pagar Não Processados não devem ser canceladas automaticamente até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, vedada a sua reinscrição. Isso significa que os deputados desta casa podem perder quase 30 milhões de reais em emendas parlamentares se nenhuma medida for tomada e estes créditos não forem liquidados até o próximo dia 28 de fevereiro.

No caso do meu mandato, a perda seria de aproximadamente R\$2.300.000,00, o que impediria que áreas essenciais como saúde, educação e assistência social fossem beneficiadas. Isso afetaria diretamente a vida de milhares de pessoas.

Diante desse fato, faço um apelo para que esta casa se manifeste junto ao governador do Distrito Federal e busque uma solução que garanta a execução desses recursos em benefício da população, qual seja, o alongamento do prazo previsto no citado Decreto nº 32.598/2010.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para comunicado.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos. Boa tarde aos futuros servidores da CLDF, se Deus quiser. Precisamos de vocês aqui, inclusive nas novas comissões.

Presido uma comissão recém-formada e muito importante, a CSA, que precisará demais de vocês. Cobrei novamente essa questão ao presidente, que tem realizado o movimento com relação a esse assunto. Nós pedimos à secretaria de Economia que nos envie a suplementação para que, no mesmo dia, nós votemos tanto a suplementação quanto o projeto que contemple o aumento dos cargos, o que possibilitará que haja nomeação. Contem conosco.

Presidente, eu gostaria de falar sobre o decreto e trazer alguns contextos que considero importantes. Nós começamos o ano realizando, no dia de hoje, a primeira reunião da CSA, o que

considero um marco para esta casa.

A saúde é um tema muito importante e muito debatido, porque é um direito fundamental. Sabemos que existe problema na saúde e disso ninguém discorda. Mas quero esperar-me de que a saúde tem jeito, sim. Sempre falo que a saúde terá jeito quando fizermos as coisas com diálogo e exercermos nosso papel, que é o de fazer a regulação e a fiscalização dos poderes.

Recebemos, na sexta-feira, um decreto, e automaticamente começamos várias conversas, inclusive com o próprio Executivo, para entender o porquê daquele decreto. Acho que isso foi uma sinalização do Executivo para mostrar que há um problema na saúde e que há um olhar específico para se tentar resolvê-lo.

O governador cuida do DF inteiro, a saúde é complexa, mas existem alguns pontos que queremos colocar. Foi isso que fizemos como presidente da CSA, pedindo, inclusive, automaticamente, para que fosse feito um estudo por uma consultoria técnica desta casa, a Conofis, que entregou um relatório hoje. Falamos também com o Ministério Público, que, inclusive, mostrou algumas informações apontadas pela Conofis desta casa, dizendo que havia risco de ilegitimidade naquele decreto, pois ele colocava os prestadores de serviço na mesma posição, ferindo e usurpando uma competência exclusiva da Secretaria de Saúde, que é quem faz a gestão do SUS local.

Quero deixar registrado – e parabenizar – que conseguimos, com diálogo e abrindo esta casa, fazendo o nosso papel, ouvindo o Conselho de Saúde, ouvindo as secretarias, ouvindo todos os envolvidos, os representantes dos servidores e os usuários do sistema, a resposta de que o decreto será reformulado, inclusive, retirando da nomenclatura o termo “comitê gestor”.

Falei ali na sala e, agora, falo no plenário que a Secretaria de Saúde já tem dentro dela um comitê de planejamento, um comitê gestor. A Secretaria de Saúde já tem um assento no Conselho de Saúde e é lá que devem ser formuladas as políticas públicas de saúde. O que precisamos – e o governador, inclusive, falou isso na imprensa de manhã – é entender que existe um orçamento robusto de 14 bilhões e que não faz sentido, com um recurso tão robusto, ver o que vemos na televisão, como pessoas perambulando e morrendo sem conseguir esperar...

Deputado Gabriel Magno, nós já estamos sofrendo uma intervenção jurídica dentro da Secretaria de Saúde. Hoje, há mais de 34 mil pessoas que entram na justiça para ter direito a algo que é um direito fundamental: o direito à saúde, o direito à vida. Então, o que precisamos nesta casa é lutar para que a Secretaria de Saúde tenha autonomia, para que a secretária tenha a caneta e a retaguarda da Secretaria de Economia a fim de que esses recursos possam ser mais bem aplicados. Esta casa tem de fazer o dever dela na prestação de contas, que, agora, está a cargo da CSA.

Continuamos trabalhando para mostrar que o Instituto de Gestão Estratégica é um prestador de serviço da Secretaria de Saúde. É um prestador que sai de 100 contratos, com metas subdimensionadas que não são cumpridas. Não podemos expandir nenhum centímetro desse Iges sem que realmente... Na verdade, sou contra qualquer expansão dele, porque isso já foi mostrado no próprio ICTDF, que agora segue com uma intervenção da saúde, com o orçamento da saúde, produzindo mais do que nunca. Isso demonstra que temos, sim, capacidade, que sabemos fazer gestão e que sabemos fazer saúde.

Quero parabenizar os servidores, pois há um déficit de 25 mil servidores na Secretaria de Saúde. São os servidores que constroem a política pública no dia a dia, que realmente trabalham adocidos e que querem construir. O problema da Secretaria de Saúde não são os servidores. O problema é realmente darmos autonomia e fazermos com que a secretária não sofra intervenção política, que haja cargos técnicos para que possamos realizar o que precisamos.

Quero agradecer ao secretário Maurício, ao secretário Gustavo, à secretária de Saúde, que veio hoje também, ao nosso presidente, deputado Wellington Luiz, e ao deputado Pepa, que também fez parte como vice-líder do governo dessas conversas. Quero agradecer aos secretários por estarem me recebendo desde sexta-feira e estarem ouvindo os nossos apontamentos.

Nós não queremos fazer aqui oposição pela oposição, nós somos contra esse modelo, sim. Nós vamos sempre nos opor ao modelo de, por exemplo, crescimento do Iges, de terceirização. Eu sempre vou me opor, mas eu sei que o meu dever como deputada é cuidar de quem mais precisa. É isso que nós vamos fazer na presidência da CSA. Gostando ou não, nós vamos lutar. E, sim, quem realmente não se posicionou contra esse decreto não tem como falar que é defensor do SUS, porque isso é uma incoerência ideológica.

Eu quero dizer que há aqui, sim, pessoas que vão continuar lutando pelo SUS, dando voz e vez

às pessoas, e aqui o controle social na CSA sempre vai ser ouvido.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, a respeito desse tão falado decreto que chegou à Câmara Legislativa, nós procuramos os caminhos de como resolver determinados problemas, que é com diálogo. Nós dialogamos com o secretário Gustavo, mas ele não sabia da história do decreto; quando tomou conhecimento, viu que estava errado.

O presidente deputado Wellington Luiz marcou uma reunião hoje, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões, onde compareceram o secretário Gustavo e a secretária Lucilene. O secretário Gustavo trouxe uma proposta de um novo decreto, que foi amplamente discutido com todos os deputados e nós dissemos que estávamos de acordo com aquele decreto. E eu tive cuidado também, porque a oposição conversa, a oposição não é só...

Eu estive lá, deputado, antes da chegada do secretário ao Palácio, levando o resultado da reunião. Como líder do Partido dos Trabalhadores, liguei para o governador e falei que tínhamos chegado a um entendimento na Câmara Legislativa, mostrando que criticamos, atacamos, mas buscamos solução para os problemas, mostrando que quem deve dirigir a saúde é a secretária de Saúde ou o secretário que estiver lá. E agora, neste momento, eu liguei para o secretário Gustavo, que está saindo do Palácio e me disse que a minuta negociada na Câmara Legislativa foi aceita e que o decreto será publicado amanhã com a nova redação, devolvendo à secretaria a sua autonomia, mostrando realmente que esse comitê é consultivo e que as entidades, tipo o Iges e outros que estão aí, que são prestadores de serviço, estarão lá para serem consultados, e não de maneira deliberativa, porque era uma coisa errada.

Portanto, isso é fruto do diálogo, é fruto do entendimento e é fruto da preocupação efetiva que temos com o funcionamento do Distrito Federal. Todos nós que participamos disso estamos de parabéns por termos chegado a um entendimento. O deputado Wellington Luiz se empenhou muito para que isso acontecesse. Aqui, não há salvador da pátria; aqui, há pessoas que trabalham pelo bem do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, quero fazer um registro que eu considero necessário, importante e honesto. Eu parabeneizei publicamente o deputado Wellington Luiz, mas também quero parabenizar o secretário Maurício, que foi fundamental na articulação, na escuta, na mobilização, no diálogo com o Palácio do Buriti, o que culminou, hoje, com a vinda do secretário Gustavo Rocha e da secretária Lucilene, e com o acatamento e a aceitação do governador, que provavelmente deve mandar publicar, em edição extra do Diário Oficial, o novo texto.

Quero também reconhecer, publicamente, o importante trabalho e a importante ação nesse processo de escuta, de diálogo e de respeito a esta casa, de respeito aos processos democráticos por parte do secretário.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para comunicado.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares, todos que estão assistindo a nós, os colegas concurseiros que logo, logo, se Deus quiser, serão nomeados. Aqui, há uma comoção parlamentar para poder ajudar vocês. Ajudando vocês, ajudamos a casa, ajudamos o povo. É mais do que meritório, é meritocracia.

Presidente, eu queria dizer que eu fui o autor de uma lei, que foi sancionada pelo governo: a Lei nº 7.643, de dezembro de 2024. Esta lei está dando o que falar. Ela dispõe sobre o seguinte: aqueles valentões, aqueles camaradas que gostam de agredir mulheres e que forem condenados serão expostos através de um *site* e as mulheres poderão pesquisar lá o camarada com quem ela está se envolvendo. Não só as mulheres, qualquer pessoa poderá acessar o *site*, inclusive empresas que prezarem pela contratação de um bom funcionário. E um bom funcionário não é aquele que agride mulher, seja em casa, na rua ou em qualquer lugar. Ou seja, mais que agressores, eles são criminosos

contra a vida da mulher.

Essa lei está dando o que falar no Brasil inteiro. Há muitas pessoas perguntando sobre ela. Só que elas estão tendo uma pequena dúvida. Essa lei não é para denunciar pessoas, e, sim, para permitir visita ao *site* que vai ser criado pelo Estado, ou seja, essa lei ainda será regulamentada. Essa lei já foi sancionada. Ela não é, por exemplo, uma lei de nossa autoria, que o governador vetou, e que esta casa derrubou o veto. É uma lei que o próprio governo entende que é legal.

Então, logo, logo, essa lei terá uma regulamentação para sabermos qual será o *site* para a pessoa fazer a pesquisa. Isso vai ser uma revolução com relação a esses crimes. Eu acredito que, com o fato de o agressor ficar conhecido, quem sabe ele pare de bater em mulher.

Essa é uma medida em defesa das mulheres – feita por um deputado homem.

Eu quero falar sobre outro assunto. Quero dar um recado aos empresários de Brasília: que eles não se assustem caso eles recebam intimação de audiência na justiça do trabalho com relação à insalubridade.

Propus uma lei nesta casa, na época da pandemia, para poder majorar o valor do adicional de insalubridade. Todos nós sabemos que a insalubridade está relacionada ao grau de exposição aos riscos a que o trabalhador é submetido, sejam eles riscos químicos, físicos e biológicos. Ao passo que ele é submetido, aumenta-se o grau de insalubridade. Havendo menos exposição, menor será a insalubridade.

Naquele momento da pandemia, não houve uma barreira que pudesse impedir a contaminação. A própria lei fala que, ao se criar barreiras e eliminar a contaminação, o risco, diminui-se a insalubridade, podendo até zerá-la. Há, inclusive, casos em que trabalhadores não recebem insalubridade, porque é comprovado que os EPIs que eles usam impedem qualquer tipo de contaminação. O que não foi o caso da pandemia e do coronavírus. Não houve um EPI que pudesse impedir a contaminação.

Por isso, eu fiz uma lei para majorar a insalubridade para 40%, no caso dos servidores trabalhadores CLT. Para servidor público, nós temos o regime público, e aí o regime máximo, na Lei nº 840, é de 20%. Pois bem, a lei caiu, porque os empresários entraram contra a lei.

Eu provoquei os empresários, eu não os mobilizei nem os motivei. Ou seja, empresário não tem coração, ele tem CNPJ. Pois bem, além disso, quando a lei foi feita, o Sindate, o meu sindicato, o Sindicato dos Técnicos de Enfermagem, notificou extrajudicialmente as empresas. Disse que havia uma lei de autoria do deputado Jorge Vianna, junto com emenda de autoria da ex-deputada Arlete Sampaio, que falava da majoração da insalubridade. O que os empresários fizeram? Entraram na justiça, dizendo que o sindicato estava fazendo de forma errada, cobrando e tal, e processaram o sindicato.

E hoje o Sindate está pagando, inclusive na justiça, por ter feito esse comunicado. Pois bem, provando, mais uma vez, que não existe essa relação amigável de empresário com sindicato. Eles falam que há, mas não há.

Por conta disso, nós entramos com ação contra todas as empresas privadas do Distrito Federal, todas foram notificadas, e já começamos a ter as nossas audiências. E digo mais, todo o Brasil está assim. Nós estamos conseguindo, em todo o Brasil, provar para a Justiça que tinha que majorar. E já há decisão favorável a sindicatos, inclusive, de Pernambuco, dizendo que deveria majorar, sim, para 40%.

Empresários, preparem-se, porque vocês vão pagar os 40% de insalubridade para os trabalhadores decorrente da época da pandemia. Não fizeram naquela época, vão fazer agora, inclusive com correção.

Esse foi o recado de hoje, presidente.

Muito obrigado a todos que participaram e participam da Câmara Legislativa, através das nossas redes sociais e da nossa televisão.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Antes de encerrar, eu queria mandar um recado para os ambulantes, os trabalhadores da cultura, os usuários do Eixão do Lazer. Ontem, nós fizemos uma reunião pública aqui, com a participação, mais ou menos, de 60 trabalhadores, como eu falei, usuários, pessoal de *food*

trucks, e debatemos o plano de uso e ocupação do Eixão do Lazer, apresentado pelo DER no último dia 23. Foi um debate muito importante, porque a gente percebeu a preocupação dos trabalhadores do Eixão do Lazer com relação a essa última publicação desse plano feito pelo DER.

Nós sistematizamos os encaminhamentos que saíram dessa reunião. Um dos pedidos que eles fizeram era que o DER abrisse, novamente, o diálogo, por conta de uma série de observações.

Eu me comprometi a procurar o governador do Distrito Federal hoje, o secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, e o próprio Fauzi, diretor-presidente do DER. Fiz isso durante o dia e conversei com os 3. Levantei e mostrei a eles alguns dos problemas identificados pelos ambulantes, pelos trabalhadores da cultura e pelos usuários. Ficamos de, no final da tarde, oficializar essas solicitações trazidas por trabalhadores e usuários do Eixão do Lazer.

Quero registrar que o Governo do Distrito Federal fez um gesto muito importante ao recuar das possibilidades de mudanças muito radicais no Eixão do Lazer, como proibir o uso de bebidas e dificultar algumas atividades culturais, como música. Esse recuo foi importante para que pudéssemos dialogar e construir esse plano. Pois bem, o plano saiu, mas acho que ainda faltam algumas conversas, e vamos fazer isso agora.

Então, quero dizer aos ambulantes, aos trabalhadores da cultura e aos usuários que cumprimos com o que foi acordado ontem, com o encaminhamento de procurar os representantes do Governo do Distrito Federal para continuarmos esse debate.

Confesso que fiquei preocupado com 3 questões que foram debatidas. A primeira é sobre o espaço onde há música não poder mais contar com a presença de *food trucks* e de alguns ambulantes. Como se faz uma atividade cultural, musical, e se tira a possibilidade de as pessoas consumirem bebidas e comidas, aquela rica possibilidade de alimentos e de tudo o mais que há ali no Eixão? Eu fiquei preocupado, porque não se pode separar essas coisas. Elas são correlacionadas, uma depende da outra. A comida depende da música e a música depende da comida. Não dá para separá-las.

Sobre outra coisa que eu vi, eu sugeri aos ambulantes que colocassem as hastes segurando as tendas. É um perigo enorme uma tenda daquela voar em direção aos usuários, às pessoas que estiverem ali, ouvindo a música e se alimentando, curtindo o local. Todas as tendas estavam soltas, porque, com o novo plano, é proibido perfurar o gramado. Como vão amarrar as tendas? Vão colocar pedras? Não se pode concretar, mas eu achei radical demais proibir a perfuração do solo para segurar as tendas, como se faz em um acampamento.

Por último, há a questão do estacionamento para os ambulantes descarregarem suas mercadorias. Cada ambulante, cada *food truck* pode levar, aproximadamente, 6 mesas e 24 cadeiras. Como essas pessoas vão trazer o material se o estacionamento é quase em outra quadra? É necessário definir áreas próximas para eles descarregarem suas mercadorias, seus alimentos e bebidas.

Esses são temas que eles trouxeram. Nós olhamos o plano de ocupação e, realmente, eles estavam lá. Há um item, inclusive, que determina que os *food trucks* fiquem em uma quadra onde não há atração nenhuma. Se eu não me engano, na 108 Norte. Não há nada lá, nenhuma atração. O que farão ali enquanto todos estarão concentrados onde há música? Uma série de observações foram levantadas. Nossa assessoria está finalizando todo esse compilado para que o encaminhemos ao governador, à Casa Civil e ao DER, a fim de que possamos continuar esse diálogo e ir ajustando o Eixão do Lazer para que ele possa continuar da forma como vem sendo realizado.

No domingo, eu estive lá, e a quantidade de pessoas era impressionante. Havia uma multidão. Tudo estava muito tranquilo, era um ambiente muito saudável, sem confusão, sem problemas. Portanto, pedimos paciência ao DER e ao Governo do Distrito Federal para que ainda não apliquem esse plano, pois isso geraria muitos problemas, sob pena de termos que enfrentar novamente aquela confusão, aquele desentendimento, o que não é bom para a cidade, não é bom para ninguém.

Deixo aqui o pedido e informo aos ambulantes, aos comerciantes, ao pessoal da cultura que já entrei em contato com o Governo do Distrito Federal, com o governador, com a Casa Civil e com o DER, conforme havia me comprometido. Em breve, encaminharei as solicitações e as observações que vocês sugeriram.

Muito obrigado a todos.

Agradeço a presença dos aprovados nos concursos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que permaneceram até agora. Parabéns pela luta. Parabéns! É assim que conquistamos as coisas.

Tenho certeza de que esta casa olhará com bastante carinho a situação de vocês, como já está fazendo. Todos os deputados aqui são muito solidários à causa de vocês. Vocês estudaram, passaram no concurso e querem vir trabalhar aqui.

Nada mais legítimo do que esse pleito de vocês. Evidentemente, a casa olhará essa questão com muito cuidado. Boa noite para vocês e espero, em breve, vê-los aqui trabalhando. Boa noite para todos e para todas.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Avas – Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde
CEF – Centro de Ensino Fundamental
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
Cepi – Centro de Educação da Primeira Infância
CFGTC – Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Conofis – Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária
CSA – Comissão de Saúde
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
EPI – Equipamento de Proteção Individual
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental
ICTDF – Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA – Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores
PAS – Programa de Avaliação Seriada
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
Semob – Secretaria de Transporte e Mobilidade
Sindate – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem
SUS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UnB – Universidade de Brasília
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON KONIG - Matr. 12651, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 13/02/2025, às 11:21, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2014023** Código CRC: **0B9A44AF**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO